

**José Alberto Azeredo Lopes**

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, José Alberto Azeredo Lopes, por ocasião  
do 64º aniversário da Força Aérea.**

Lisboa, 1 de julho de 2016

Senhor General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belém

Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional

Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional

Senhor Inspetor-Geral

Senhores Oficiais Gerais

Senhores Diretores-Gerais

Senhores Dirigentes

Senhores Militares e funcionários civis da Força Aérea

Ilustres Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com alegria – e é também com honra - que presido e assim me associo às comemorações do 64º aniversário da Força Aérea.

A história da Força Aérea - o Ramo mais jovem das Forças Armadas – mas com a maturidade que há pouco foi enunciada - é a prova viva de como o mérito, a resiliência e a capacidade de adaptação, conduz certamente ao êxito.

Centrada na aquisição de competências e capacidades na missão específica que lhe está atribuída e enquanto parte integrante do sistema de forças nacional, a Força Aérea garante, e tem garantido de modo exemplar, a execução das várias missões de soberania, de apoio às populações e cumpre, aliás, um cada vez maior número de missões decorrentes dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

No atual contexto internacional, é indispensável que as Forças Armadas estejam munidas de forças, de meios e de organização capazes, para se adaptarem constantemente à mudança e complexidade dos riscos e das ameaças de todos conhecidos, mas que temos quantas vezes dificuldades em antever.

É evidente que a Força Aérea não é exceção a esta regra. Por isso mesmo também, Portugal – o nosso país -, e este Governo – evidentemente -, assumem de modo sério, comprometido mas sereno, a afirmação da componente externa da Defesa Nacional, no quadro das suas relações multilaterais (e especificamente das organizações internacionais mais vocacionadas para esta dimensão: Nações Unidas, União Europeia, NATO, ou CPLP) e bilaterais, sublinhando-se neste contexto as relações Atlânticas e aquelas que respeitam à Cooperação Técnico-Militar.

Neste domínio e no que à Força Aérea diz respeito, destaco, só no ano de 2016, o papel fundamental da força aérea na afirmação de uma abordagem de 360º, que como se sabe determina a doutrina da NATO, que inclui desde o atual Policiamento Aéreo nos países do Báltico, com 4 F-16, ao empenho em várias missões – quantas delas difíceis, em diferentes áreas do Mediterrâneo, nomeadamente com aeronaves P-3 e C-295, que têm sido fundamentais para a estabilidade e para o controlo das várias atividades nessa área. É hoje, aliás, que regressa o C-295 que esteve em Sigonella, em Itália, a participar na missão Frontex “Operação Triton”.

Estas missões da Força Aérea, e todas as outras em que Portugal está comprometido através da Marinha e do Exército, representam o contributo e o empenho do nosso país em promover, juntamente com os nossos aliados, uma melhor e articulada Defesa e Segurança na nossa região baseada numa cultura de defesa de cooperação, de solidariedade, dos valores democráticos e dos direitos humanos, do respeito pelo direito internacional, e especificamente pelo direito internacional humanitário, da promoção da Paz, da Democracia e do Estado de Direito.

Enquanto Ministro da Defesa Nacional, é-me grato dizer que posso testemunhar como o comprometimento, o profissionalismo e o brio das Forças Armadas nestas missões – e muito em particular da Força Aérea - contribuem de modo efetivo para o reconhecimento, credibilização e reputação de Portugal além-fronteiras. E isto, estou certo, é razão de orgulho para a Força Aérea, é razão de orgulho para o Ministro da Defesa

Nacional, mas é seguramente também razão de orgulho para todas as Portuguesas e para todos os Portugueses.

Note-se no entanto que a Força Aérea vai muito para lá das missões internacionais. Não é este um exclusivo da sua missão. A evolução, a transformação e adaptação que foi necessária para que num país com a dimensão do nosso se pudesse assegurar, de forma relativamente equilibrada, a vigilância, o patrulhamento, a defesa aérea, a fiscalização, a busca e salvamento de um espaço aéreo e marítimo que é dos maiores do mundo tem, evidentemente, que ser destacado. Com efeito, é bom termos presente, a área de responsabilidade nacional de que falamos é de cerca de 5,6 milhões de km<sup>2</sup>.

Por isso, para cumprir a sua missão, com rigor e de forma cada vez mais eficiente, os meios aéreos da Força Aérea encontram-se “dispersos” no território, dos Açores, à Madeira, passando por Beja, Monte Real, Montijo, Ovar, Lisboa e Sintra.

E por isso também, diariamente, quantas vezes de sol a sol, e com um espírito de missão, de bem servir e de sacrifício, 600 militares da Força Aérea asseguram o dispositivo de alerta, essencial e decisivo para o bem-estar de todos e para a segurança do nosso território, assegurando, com envolvimento de cerca de 14 meios aéreos de diferentes tipologias, missões tão diversas como a Busca e Salvamento, a Defesa Aérea e o Policiamento Aéreo, o Transporte de órgãos e a Evacuação Aeromédica.

É assim devido, e mais do que merecido, o meu agradecimento, o nosso agradecimento, o agradecimento de Portugal!

Realmente, para corresponder aos compromissos assumidos e, de modo mais amplo, aos imperativos da Defesa Nacional na afirmação de um Estado de Direito democrático, é necessário manter as capacidades militares e modernizar os equipamentos disponíveis. Esta tarefa, em que se explica de forma cidadã, esta relação íntima, entre estado de direito democrático e necessidade de prover às necessidades da Defesa Nacional, é uma tarefa que nos obriga a todos e que nos compromete a todos. Mas também por isso, o

rigor orçamental e o escrutínio a que todos estamos sujeitos traz-nos, além disso, a responsabilidade e o dever de olhar para cada cêntimo do erário público da forma mais eficiente e eficaz. E esse é o desafio! Esse é o desafio que - aqui o testemunho - tem sido levado a cabo pela Força Aérea.

É, por isso, também, que vos peço que me permitam que destaque alguns projetos em que a Força Aérea se tem empenhado em contribuir para a edificação de capacidades, tanto nacionais como de países aliados e amigos, em procurar alternativas em criar (como agora se diz) valor acrescentado na área da Defesa:

- Veja-se a atual execução do contrato de alienação de aeronaves F-16 à Roménia, programa que, apesar da sua elevada complexidade, todos têm reconhecido como de exemplar execução, e que muito prestigiam a Força Aérea, as Forças Armadas e Portugal;

- Veja-se também o contributo que a Força Aérea tem dado para a formulação dos requisitos operacionais e logísticos relativos à aeronave KC-390, programa do qual Portugal faz parte – com muito orgulho - e que contribui para a construção inteligente de um *cluster* aeronáutico no nosso País;

- Veja-se além disso, e em terceiro lugar, a candidatura aos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (FEIE), no âmbito do Céu Único Europeu, que poderão cofinanciar, de forma muito significativa, a modernização de algumas aeronaves, nomeadamente o C-130H;

- Veja-se, em quarto lugar, a disponibilidade para contribuir para projetos e medidas que possam potenciar o duplo uso de recursos e capacidades, o qual, aliás, está bem referido no programa do atual Governo, destacando-se aqui a utilização por parte de aeronaves civis, de forma pontual ou permanente, de várias Bases Aéreas e Aeródromos de Trânsito ou de Manobra e aquilo a que se refere à utilização de meios aéreos em missões de interesse público (MAMIP).

Todos estamos cientes – e não vou insistir muito neste aspeto – porque todos estamos cientes dos constrangimentos e das dificuldades que, de forma mais ou menos temporária – e espero, do fundo do coração, que sejam temporários - o nosso querido Portugal enfrenta. E por isso mesmo, fiz referência, no início, à história nobre da Força Aérea, sublinhando como ela é demonstrativa do trabalho, do esforço, do mérito e da excelência que, repito, conduzem sempre, inelutavelmente, ao êxito.

Sei que posso contar, sei que conto, porque o trabalho é feito diariamente nesse sentido, com as Forças Armadas no seu conjunto, da Marinha, ao Exército, e hoje muito em particular neste dia de aniversário, com a Força Aérea, num esforço para que em conjunto encontremos soluções para alguns dos problemas e algumas das preocupações que partilhamos.

Sei bem dos constrangimentos financeiros, sei bem do impacto direto que têm nas horas de voo, nas infraestruturas e na modernização ou substituição das frotas. O trabalho minucioso e cuidado, que tem vindo a ser realizado na execução da LPM em 2016, potenciado – é bom que se diga - pela ausência das “habituais” (infelizes) cativações no Orçamento de Estado, e mesmo tendo consciência de que nem tudo o que gostaríamos é aquilo que é o *possível*, permitirá – estou certo - o reforço ou a preservação das capacidades.

Relativamente à disponibilidade (por exemplo) e prontidão da frota EH-101, é sabido que a tutela está atenta a esta questão. É sabido também que a tutela tem contado com os esforços da Força Aérea no sentido de garantir que o número de Helicópteros EH-101 disponíveis seja suficiente para o cumprimento de todas as necessidades operacionais, subjacentes à missão. E nestas coisas, minhas senhoras e meus senhores, não é devida gratidão, mas porque nem sempre é usual verificar este tipo de comportamentos permitam-me que destaque a forma exemplar como a Força Aérea respondeu

imediatamente – embora tenha bem presente o sacrifício que esta decisão representa - à necessidade de prover o Arquipélago dos Açores com mais uma tripulação, e com mais um EH-101. Nesse sentido, e porque, repito, muito embora não seja devida gratidão, àquilo que é um cumprimento de um dever, mas é devido o registo público desse facto que, determinei pessoalmente o envolvimento direto dos elementos do meu gabinete para que estejam agora reunidas as condições para, muito em breve, poder ser tomada uma decisão que garanta o ciclo normal e imprescindível de manutenção de motores, por vários anos, evitando-se a incerteza e a indisponibilidade de motores infelizmente verificada nos anos mais recentes.

Finalmente, também acompanho aquilo que foi dito em relação às pessoas. As pessoas são o alfa e são o ómega das instituições. São o alfa e o ómega da atuação das instituições e tenho por isso que preservar uma última palavra para a valorização do elemento humano da Força Aérea. A afirmação das especificidades da condição militar, o cuidado e a atenção que deve sempre merecer a família militar são, e têm sido em concreto, uma das principais prioridades deste ministro que vos fala. A devolução dos cortes salariais e nas pensões, assumido como prioridade pelo Governo, e agora executada, é um compromisso dos mais importantes.

Quanto às promoções para o desempenho de funções e preenchimento dos cargos, que eu me dispenso, aliás, de acentuar como são importantes para o regular funcionamento das Forças Armadas, e especificamente da Força Aérea, estamos a trabalhar no sentido de tanto quanto possível assegurar as promoções necessárias à salvaguarda das necessidades orgânicas e da missão, e não menos importante, das legítimas expectativas daqueles que aguardam. A minha expectativa é de que no próximo ano estejam finalmente reunidas as condições políticas e sobretudo orçamentais para, sem prejuízo do rigor, reafirmo, repor progressivamente a normalidade – porque disso se trata – a normalidade nas progressões e nas promoções. É verdade que esta não é uma questão que se possa resolver só com a Defesa Nacional; mas é também verdade que o contributo e empenho que todos na Defesa Nacional têm vindo a desenvolver no sentido de

promover uma cultura de racionalização e eficiência na afetação dos recursos, pode ajudar com certeza a que realizemos o mais depressa possível este desígnio.

Hoje é um dia de festa, para a Força Aérea, para as Forças Armadas, e portanto, necessariamente para Portugal. Além do 64º aniversário da Força Aérea, celebramos este ano o centenário da aviação militar. Foi a 17 de julho de 1916, com efeito, que se realizou o 1º voo militar em Portugal, sendo piloto o Tenente Santos Leite. Passaram-se 100 anos, vejamos, olhando para trás, tudo o que entretanto se fez. E olhemos para a frente, e sejamos capazes de ver tanto o que ainda se pode fazer. Empenhemo-nos, na medida do “nosso pequeno grande tempo”, para que assim seja feito. E muitos Parabéns!

Disse.